

O FORTALECIMENTO DO ESTADO IMPERIAL ATRAVÉS DO RECRUTAMENTO MILITAR NO CONTEXTO DA GUERRA DOS FARRAPOS

JOSÉ IRAN RIBEIRO*

Analisando processos de construção dos Estados-nacionais modernos, TILLY afirmou que “a guerra e a preparação da guerra produziram os principais componentes dos Estados europeus”. Considera que os Estados se construíram pela aplicação da coerção e os que perderam guerras, muitas vezes, deixaram de existir. O que parece corresponder ao esforço realizado com êxito pelo Estado brasileiro, que se não tivesse conseguido abafar as várias revoltas do período regencial poderia ter perdido sua unidade (1996:78). Para MANN há autoritarismo na organização destas atividades, mas também há negociação entre as relações de poder (1992:173-182).

O caráter pacífico da independência brasileira influenciou na historiografia e pouco se destacou a importância dos sucedidos militares das décadas iniciais de autonomia, sendo que as revoltas regenciais têm sido examinadas a partir de perspectivas regionais e não de forma integrada. E as principais análises deram pouca atenção à realidade militar. URICOECHEA foi quem mais se aproximou disso, analisando o processo de extensão e de consolidação da autoridade do Estado Imperial (1978:81-178).

Indo além das dicotômicas explicações da construção da unidade brasileira pela maior ou menor presença do Estado, para CARVALHO (2003:49-92) a manutenção da unidade decorreu, principalmente, da unívoca concepção intelectual que orientava a elite. Argumenta que o Estado Imperial deliberadamente continuou educando a elite visando à manutenção da coesão. Esta homogeneidade ideológica teria reduzido os conflitos entre os setores dominantes e impedido a ocorrência de mudanças abruptas e violentas que necessitassem a mobilização política das camadas populares. Os sucedidos nas ex-possessões espanholas na América eram exemplos cotidianos à elite brasileira. Portanto, a preservação da unidade do Brasil decorreu da manutenção desta coesão e do alijamento político dos grupos que não tinham algo a perder se a ordem fosse alterada.

Em outro momento, o autor entendeu que as revoltas resultaram do Ato Adicional (1834), que, ao descentralizar o poder, transferiu os conflitos intra-elites para os interiores do Brasil e permitiu a ocorrência de cisões dentro da elite, envolvendo proprietários rurais, escravos, camponeses, entre outros. Estas “brigas de brancos” demonstraram que, para consolidar o sistema de poder, também era preciso mediar os diferentes interesses na camada dominante. Uma construção lenta, especialmente a partir do regresso conservador de 1837 e consolidada só por volta de 1842, quando o Estado central conseguiu acumular poder político para fazer frente às instâncias locais. Os artífices deste projeto teriam sido as lideranças da elite cafeeira fluminense, por meio da lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e da reformulação do Código do Processo Criminal (1841) (CARVALHO, 1999:155-188).

MATTOS tratou das continuidades coloniais e das inovações dos oitocentos, ressaltou as semelhanças e as diferenças entre conservadores e liberais, e discutiu a utilização política das rebeliões da década liberal por pelos conservadores para construir uma auto-imagem de defensores da ordem em oposição à desordem. Sua análise é centrada na província do Rio de Janeiro, considerando como a elite saquarema se tornou hegemônica e dirigiu a construção do Estado Imperial (2004:122-204).

Outra perspectiva vem ajudando a qualificar a discussão e tem sido formulada pela influência de GRAHAM, que dá maior peso à estrutura econômica do Brasil e a escravidão. O autor questiona por que a elite econômica, que não era necessariamente a mesma formada em Coimbra, aceitou a direção destes. Interroga MATTOS se o sucesso da centralização do poder não se deveu mais às vantagens que as elites não-fluminenses vislumbravam que ao poder de cooptação da Corte (2001:11-47).

Analisando as revoltas, GRAHAM destacou que manifestaram desejos regionais de autonomia, que as lideranças dos movimentos logo perceberam o perigo da falta de uma autoridade central para garantir a manutenção da sua condição de elite e abandonaram seus liderados. A exceção do quadro ocorreu entre os farroupilhas que não perderam a liderança do movimento e subordinaram os não proprietários. O caos resultante das revoltas levou as diferentes elites brasileiras a apoiar a centralização do Estado na Corte, não porque foram cooptados pelos saquaremas e menos ainda porque compartilhavam uma mesma formação intelectual. Fundamentalmente, buscavam a autoridade de um monarca legitimador dos níveis de hierarquia social.

Nenhum dos autores se deteve sobre a relação entre as especificidades províncias e as ações militares empreendidas pelo Estado central. E num contexto de extrema movimentação de tropas, esta relação deve ser mais considerada. Afinal, por maior que fosse o interesse econômico ou político das elites das províncias revoltadas, as vitórias militares da legalidade influíram no desenrolar da história do Império. Portanto, é necessário melhor considerar a capacidade militar do Estado Imperial, assim como os diferentes interesses e possibilidades regionais naquele contexto marcado e dependente dos sucedidos militares. Neste sentido, a análise dos recrutamentos realizados nas diversas regiões do Império sugere questões importantes.

Entre as características da administração colonial herdadas pelo Império estava a delegação de poderes aos indivíduos que representavam o Estado para, por exemplo, recrutar. Se de um lado isso fortalecia o Estado, também fortalecia as autoridades locais que tinham poder de recrutar ou de isentar. Assim as autoridades locais agiam conforme a situação, reforçando a manutenção das redes de clientelas, escolhendo soldados e livrando outros. A historiografia sobre o recrutamento destacou que a reunião de recrutas era violenta, mesmo porque a necessidade de recrutas entrava em choque com a resistência e a criatividade das populações (MENDES, 2004:113-137).

Conforme o entendimento de KRAAY, o recrutamento foi um “sistema no qual contribuíram o Estado, os senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, e da qual cada participante tirou benefícios significativos”. Ao governo interessava manter o suprimento de recrutas a baixo custo, ao mesmo tempo em que dispensava os excedentes para garantir uma aparência de equidade e respeito às normas. Para as lideranças locais o recrutamento garantia sua autoridade de patronos, como também servia como um recurso controlar os causadores de tumultos, os desobedientes às autoridades, os sem patrão, os indesejáveis. Aos pobres livres e honrados servia para diferenciá-los dos que não se comportavam dentro dos padrões esperados e ameaçavam a tranquilidade dos povoados. O recrutamento enquadrava os desajustados e os levava para longe, livrando as populações das presenças incômodas (1999:113-151).

O entendimento sintetiza perfeitamente a lógica que embasava a extração de recrutas. Contudo, refere-se mais às situações de maior tranquilidade, quando não havia necessidade de formar grandes grupamentos militares e as partes podiam negociar. Não obstante, a partir da segunda metade década de 1830, as seguidas revoltas provinciais

demandaram um maior número de militares e as próprias dinâmicas das lutas desestruturaram as normas da dinâmica do cotidiano em muitas províncias.

Analisando a crescente necessidade de recrutas para o Exército Imperial durante a Guerra do Paraguai, IZECKSOHN concluiu que a negociação rompia-se nas situações de maior demanda, quando as redes de clientelas e as possibilidades de favorecimento se esvaziavam (2004:185-197). O contexto das revoltas provinciais da primeira metade do século XIX foi uma destas situações. Contudo, além da necessidade de suprir o Exército de recrutas, também era imperioso retirar das províncias os indivíduos envolvidos nas rebeliões. O governo central foi eficiente nisto conforme sua capacidade de negociar ou de imposição frente à desarticulação das elites regionais.

As medidas decretadas pelo regresso foram o arcabouço para estas mudanças, mas também foram influenciadas e refletiram a instabilidade generalizada que marcou as insurreições anteriores à 1835. Num contexto que se agravou com a continuidade das revoltas e da ocorrência de outras. Essas medidas, especialmente as decretadas com o regresso, devem ser situadas dentro da conjuntura geral e das conjunturas provinciais. É preciso fazer o exercício de analisar as insurreições a partir das movimentações militares e da sistemática de desterrar os revoltosos através do recrutamento.

É importante mencionar que desterrar indivíduos considerados delinquentes não era uma novidade e a prática de obrigar os considerados criminosos a sentar praça era uma sistemática contraditória dos exércitos modernos. A função penal do recrutamento regulava a desordem do mundo dos pobres e o degredo continuou no Brasil depois de 1822 (BEATTIE, 2000). Segundo KRAAY (2001), a partir do contexto da Sabinada (1837) a aplicação deste tipo de punição foi intensificada.

Vejamos os cenários provinciais. Os vários movimentos armados ocorridos em Pernambuco demonstram a agitação e a diversidade do debate político na província. A violenta repressão Imperial em 1824 foi agravada pelas rivalidades internas dos pernambucanos, algumas herdadas de 1817. Nestes embates os oponentes destruíram-se mutuamente, a violência se alastrou (CARVALHO, 2005:881-914).

Em 1832, entre Alagoas e Pernambuco, iniciou a Guerra dos Cabanos ou Cabanada. Escravos fugidos, pardos e brancos pobres e índios, descontentes com a piora das condições de vida depois da abdicação de D. Pedro I, liderados e apoiados por grupos influentes e por boa parte da população, insurgiram-se. Lutaram pela

preservação de um modo de vida desestruturado pela expulsão dos lavradores das terras e dos índios dos territórios garantidos pela autoridade real, contra a violência das autoridades. O movimento só foi esvaziado parcialmente com a morte de D. Pedro I (1834) e muitos personagens influentes aproveitaram as anistias oferecidas pelo governo central. A partir disto, a Guerra tornou-se uma luta autônoma de cativos contra a escravidão, até que os revoltosos foram quase totalmente aniquilados entre 1835 e 1836 (ANDRADE, 2005).

Os rebeldes chegaram a somar 15.000 indivíduos, mas as ações da repressão, o agravamento das condições de vida durante a Guerra, as concessões de anistia, etc, enfraqueceram o movimento. Os últimos revoltosos eram majoritariamente cativos fugidos e pobres livres miseráveis. Em 1835, o presidente de Alagoas orgulhou-se que restavam apenas cerca de 40 “negros fugidos”¹. Muitos dos rebeldes foram enviados através de Pernambuco para sentar praça em outras partes do Brasil. Portanto, não sumiram. Em 1838, alguns soldados de uma unidade no Rio Grande do Sul diziam-se voluntários e exigiam as gratificações decorrentes. Seu comandante, porém, sabia haverem sido recrutados em Recife entre os rebeldes aprisionados².

Este histórico, as seguidas agitações ulteriores, assim como a severidade da Cabanada contribuíram para aproximar adversários políticos ao lado da repressão Imperial. Para MARSON (1987:189-232), entre 1835 e 1842, a elite pernambucana se reuniu ao redor de um programa político moderado. Esta política do consenso possibilitou que, a partir de 1837, Pernambuco passasse a ser administrada por um único presidente durante quase 10 anos. Ainda nesse ano o ministro da justiça mencionou que a administração no Recife prestou “auxílios poderosos (...) para a pacificação de outras [províncias]: ao digno presidente cabe a honra de haver coadjuvado o governo Imperial nessa importantíssima tarefa” de pacificação.

Portanto, de Pernambuco partiam grande parte dos efetivos para acudir diversas partes do Império. Só uma direção provincial coesa como aquela poderia auxiliar tão ativamente o poder central. Os relatórios dos presidentes de Alagoas sugerem que também nesta província o executivo dispunha de relativa autonomia e quase nenhuma oposição. Depois dos rebeldes terem sido debelados Alagoas permaneceu em perfeita tranquilidade. Conservadores e liberais apoiaram-se reciprocamente até pelo menos 1844 (QUINTAS, 2004:247-251).

A proximidade e as semelhanças de Pernambuco e Alagoas refletem-se nos números dos recrutas extraídos das duas províncias. Entre agosto e novembro de 1839 260 homens partiram dessas províncias como novos integrantes do Exército Imperial³. Um número expressivo e pouco mais da metade do total de 407 presos políticos recrutados pelo presidente do Pará em 1842. Deve-se lembrar, todavia, que o recrutamento só alcançou estes números no Pará em função da guerra, enquanto os recrutas enviados de Recife e de Maceió partiam em tempos de paz. Não há muitos dados sobre a sistemática que possibilitou reunir tantos indivíduos. Mas alguns documentos destacam que os recrutadores não tinham qualquer preocupação em distinguir entre os indivíduos legalmente isentos e os passíveis de serem recrutados⁴.

Das províncias amazônicas o Estado Imperial conseguiu drenar maior número de recrutas. A Cabanagem no Pará foi a rebelião mais violenta. A partir de 1833, a situação se agravou com as deportações de portugueses e brasileiros partidários de Portugal, ao mesmo tempo em que a população interiorana foi mobilizada contra as autoridades e a favor da liberdade. A ação dos imperiais resultou na fuga dos cabanos e as lutas foram marcadas por mortes, destruição generalizada e atrocidades até 1839 (RICCI, 2003).

Nesse ano, haviam morrido em combates 2.500 pessoas e cerca de 1.500 presos esperavam julgamento. Outros sugerem que o resultado final foi três ou quatro vezes maior. Saldo explicado pela Corte assim:

*é-me sobremaneira dolorosa a comunicação, que me fez o presidente do Pará, de que nessa província diminuem os presos não somente por que vai entrando em ordem, mas também porque os incumbidos das prisões, observando a falta de punição, dão cabo dos rebeldes antes que consigam prendê-los.*⁵

Os números e a citação sugerem uma guerra de extermínio. Os códices consultados por PINHEIRO (1998, 51-81) indicam que 2.559 rebeldes foram presos, sendo que o mais preservado desses códices indica que, de um total 404 presos, 157 foram deportados da região e engrossaram as fileiras do Exército (1998:51-81). Em 1836, o ministro da justiça relatou que alguns foram recrutados porque não era possível estabelecer culpa contra eles. No relatório de 1840, o presidente do Pará, afirmou que não via “porque devam ser estes isentos do recrutamento, e de servirem em 1ª linha nesta província ou no sul para onde tenho enviado e vou enviando os que estão no caso do recrutamento.” Neste ano haviam se apresentado às autoridades imperiais cerca de 4.000 rebeldes. Em 1842, outro presidente da província registrou que nos treze meses da sua administração 407 praças haviam sido enviadas para o Rio Grande do Sul⁶. Para

ASSUNÇÃO, a derrota dos balaios acabou com a relativa autonomia provincial do Maranhão (2003, p. 195-225).

Na Bahia foi diferente. Para SOUZA FILHO durante todo o primeiro reinado havia vários grupos políticos que não reconheciam totalmente o comando das autoridades do Rio de Janeiro. E houve ocasiões em que foi necessário solicitar o apoio de tropas vindas de outras províncias para garantir a autoridade do executivo provincial. O que não diminuiu o desejo de maior autonomia na província (2007:297-312). Os estudos sobre a Bahia observaram freqüentes transferências de militares envolvidos em motins civis e militares daqueles anos para outras regiões do Brasil.

Em parte decorrente disto, entre 1837 e 1838, eclodiu a Sabinada. Com a fuga de Bento Gonçalves da Silva, as autoridades provinciais determinaram a transferência de unidades suspeitas para o sul e a medida mobilizou revoltosos militares, que receberam o apoio de outras unidades e obrigaram as autoridades provinciais a fugir. Seguiu-se a proclamação da separação da província e estabeleceu-se o cerco imperial de quatro meses. A Revolta só foi controlada em 1839, depois de bombardeios à Salvador e muita fome.

A luta resultou num saldo de 594 legalistas e 1.091 rebeldes mortos, e 2.989 prisioneiros (PINHO, 2004:321). Entre 1837 e 1839, dois batalhões foram extintos e os soldados foram deportados da província e incluídos em outras unidades. O recrutamento aumentou abrupta e consideravelmente na província, tornando recrutas 1.809 indivíduos (KRAAY, 2001), número semelhante ao de 1.020 rebeldes expulsos da província até novembro de 1838. Daqueles homens 1.520 foram para a Corte, 100 destinaram-se ao Pará e 200 para Fernando de Noronha (SOUZA, 1987:113).

SOUZA e KRAAY mencionaram que alguns destes homens morreram na prisão ou a caminho dela, outros foram julgados e destes houve condenados à morte e absolvidos. Pode-se inferir que muitos dos enviados para Corte foram incorporados aos depósitos de recrutas e transformados em soldados nas unidades mobilizadas para a Guerra no sul. Ao menos este foi o destino dos aprisionados em Fernando de Noronha, depois remetidos para “o depósito de recrutas da província de Santa Catarina todos os indivíduos idôneos para o serviço militar, deportados da Bahia (...) depois da Revolta daquela cidade”. Outros já haviam sido enviados antes disto⁷.

Apesar da seriedade da Sabinada, os acontecimentos se restringiram a Salvador porque as forças legais impediram a propagação da rebelião. Isso significou a manutenção da estrutura social no interior baiano e limitou a intervenção do Estado central essencialmente à capital. Para MATTOSO, a maioria dos políticos baianos era conservadora, mas isto não facilitou o trabalho dos presidentes da província (1992:221-291). É o que se pode concluir das várias menções nos relatórios a respeito das dificuldades que enfrentavam tentando impor sua autoridade. Problemas que se mantiveram mesmo depois da supressão na província do artigo constitucional que garantia a preservação dos direitos individuais, como também depois da aprovação da lei de Interpretação do Ato Adicional e da reforma no Código do Processo Criminal⁸. Portanto, nem a Sabinada, nem as legislações que fortaleceram o poder das autoridades nomeadas pela Corte significaram a desestruturação das lideranças locais ou sua subordinação ao executivo da província. O que, por sua vez, dificultou o aumento da extração de recrutas baianos, já que as redes de clientela não foram alteradas.

Os números dos efetivos do Exército Imperial na Bahia permitem entender que houve um significativo decréscimo na quantidade de recrutas logo depois da Sabinada até 1850. Porém, de algum lugar saíram os recrutas que possibilitaram o enorme crescimento numérico do Exército Imperial naqueles anos. Se havia poucos baianos, foi alto o número de recrutas de Pernambuco, de Alagoas, do Rio de Janeiro (centro de reunião, formação e distribuição de recrutas para as várias partes do Império) e do Pará, de onde saíram depois da Cabanagem cerca de 1.500 homens⁹.

Semelhante ao Pará ocorreu no Maranhão depois da Balaiada. A situação teve início em 1838, quando liberais e cabanos disputavam o poder na província. As diferenças se acirram depois que os cabanos assumiram o poder com a abdicação de Feijó e desencadearam uma contínua perseguição aos adversários. Os balaios, homens do sertão e em geral marginalizados, passaram a ser mobilizados no interior da província contra os abusos de poder do provincial. A disputa ultrapassou os limites pretendidos pelos liberais, que retiraram o apoio aos balaios e passaram a colaborar com a repressão. Os rebeldes chegaram a 11.000 homens, mas, em 1840, 2.500 balaios foram anistiados (JANOTTI, 1991:68). Os últimos revoltosos debelados eram negros não incluídos nos perdões e lutaram até quase a extinção (ASSUNÇÃO, 2003).

A vitória imperial se deveu a reorganização da tropa – formada por efetivos da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará e do Piauí – e os desentendimentos entre os revoltosos (JANOTTI, 2003:66). SOUZA destacou a importância da política empreendida pela repressão e a disposição dos agentes da Coroa em exterminar rebeldes tidos como bárbaros, numa Guerra que levaria a civilização à região. Nem a elite provincial foi excluída deste entendimento (2008:276-320). Em 1840, o presidente da província relatou que seu antecessor havia mandado 1.500 praças para o sul, que em seu governo seguiram mais 150 e outros seriam enviados. Argumentou ainda que “não podeis deixar de reconhecer, que este procedimento de governo constitui sem a menor dúvida um dos recursos indispensáveis à paz do Maranhão, além de contribuir para o sossego do sul.” Em 1841 não havia mais grupos revoltosos e todos os líderes tinham sido mortos, estavam presos ou haviam sido retirados do Maranhão¹⁰.

Um desses homens era o índio Graciano de Souza Gavião, descrito como sendo um dos “rebeldes que maiores atentados cometeu (...). E conquanto não esteja em processo, e nada conste oficialmente a seu respeito, (...), se digne dar ao mencionado recruta o destino que entender mais acertado.” Do Maranhão, Gavião seguiu para residir em Pernambuco, conforme a determinação da anistia que recebeu, dali partiu para a Corte, onde foi designado para servir como soldado no Rio Grande do Sul. Quando chegou à cidade de Rio Grande, o oficial que o recebeu foi alertado que os novos recrutas haviam se “sobressaído por diferentes atrocidades praticadas” no Maranhão¹¹.

Em 1842, ocorreram as Revoltas Liberais em São Paulo e em Minas Gerais contra as medidas centralizadoras do governo conservador. Revoltavam-se, sobretudo, contra a centralização do poder, mas as revoltas eclodiram de forma independente e aparentemente sem muito planejamento. Estendendo-se por 30 dias em São Paulo e 60 em Minas Gerais, foram debeladas depois de escaramuças e da prisão das lideranças.

HOLANDA entendeu os paulistas como uma unidade política liberal, em que “podiam sobreviver as diferenças pessoais, que mal perturbariam a coerência fundamental do pensamento político” (2004:521). A província de Minas Gerais daqueles tempos caracterizava-se como uma sociedade em que a mineração representou uma precoce presença do Estado desde os tempos coloniais e incrementou a diversificação social e econômica, diminuindo a polarização entre os extremos sociais

(VELLASCO, 2004:33-64). Entretanto, a diversidade de perfis da elite mineira resultava numa heterogeneidade dos projetos políticos (CUNHA, 2007:210-221). VELLASCO evidenciou que, nos idos de 1840, os presidentes provinciais tentavam centralizar o poder e suas iniciativas eram pouco consideradas. Depois disto, com as medidas editadas pelos saquaremas, especialmente a reforma do Código do Processo Criminal, a aplicação da justiça se tornou mais eficiente na província (2004:149-302). Entretanto, há entendimentos diferentes sobre a província (BATISTA, 2006).

Do ponto de vista da capacidade de mobilizar recursos militares, aquela legislação e a vitória Imperial não implicaram em mudanças significativas. Conforme o relatório do presidente de Minas Gerais, morreram pouco mais de 35 pessoas nos combates e outras 50 ficaram feridas. Contudo, em 1844, vários ex-rebeldes haviam sido anistiados e alguns já ocupavam funções na administração pública¹². Para ARAÚJO (2007), logo as diferenças foram atenuadas, nem muitos se alinharam ao projeto dos saquaremas, nem os ex-revoltosos deixaram de seguir as regras do jogo político.

Pelos números de recrutas fornecidos pelas províncias depois de 1842, Minas Gerais e São Paulo, assim como a Bahia, aparecem com as províncias que menos contribuíram para o crescimento dos efetivos do Exército Imperial. Neste mesmo ano partiram para o sul pelo menos 608 recrutas de Alagoas, 407 do Pará, enquanto apenas algumas dezenas de mineiros formaram as unidades contra os republicanos rio-grandenses. MENDES (1997:102) relacionou as populações e o número de recrutas fornecido pelas províncias, entre 1845 e 1883, e concluiu que aquelas três províncias foram as mais refratárias ao serviço militar no século XIX.

O sul foi o destino de muitos destes recrutas retirados das diversas partes do Império. Não obstante, se muitos nortistas desembarcaram nos portos de Rio Grande, muitos republicanos rio-grandenses foram deportados para o norte. O processo era o mesmo e pode-se imaginar as movimentações de militares e degredados fardados partindo de uma ponta à outra do Brasil. Pode-se conhecer o acontecido com Francisco G. Mangueira. Por ordem do presidente da província do Rio Grande do Sul, Francisco foi deportado em março de 1837, caracterizado como “anarquista, assassino e malvado, [que] tem sempre andado com armas contra os legalistas”. Em maio, preso, chegou a Recife já como praça do Exército. Seis meses depois já tinha recebido três promoções e

era furriel de uma unidade pernambucana enviada para lutar contra os republicanos rio-grandenses. Então alguém se deu conta que o furriel e outros tinham “servido com os rebeldes, e como tais expulsos desta província, [por isso] não convém aqui conservar, os mande regressar para (...) Pernambuco”. O criminoso, ex-rebelde e furriel parou na Corte, foi apresentado ao ministro da guerra e pediu baixa¹³.

Ocorrências como esta sugerem as dificuldades de uma burocracia estatal coordenar esforços e demonstram os percalços de uma máquina administrativa em construção tentando dar conta de demandas diversas nas várias partes de um Império continental. Mas esses exemplos não podem ser entendidos como uma total incapacidade do Estado brasileiro. Deve-se atentar que era preciso boa dose de eficiência burocrática para descolar milhares de prisioneiros e de efetivos militares de um extremo a outro do Brasil. E era preciso muita capacidade política do governo central para extrair tantos recrutas das redes clientelares locais, ainda que esta extração tenha sido facilitada pela ocorrência das revoltas provinciais.

Por último, tendo controlado as demais revoltas, o Império pôde direcionar todo seu poder contra os republicanos rio-grandenses. A idéia do gabinete era mudar o caráter da sua intervenção militar, abandonando as contemporações e a preocupação de isolar os rebeldes do Prata para acabar de vez com o movimento (SOUZA, 2008:401-408). Diferente de seus antecessores, o barão de Caxias recebeu o comando das operações e dispôs de um inédito suporte político e material (RIBEIRO, 2009).

Algo importante, mas não suficiente para a compreensão da vitória Imperial. Outros condicionantes também devem ser considerados. Ao contrário do Império, os republicanos tinham limites para arregimentar para suas forças para a Guerra. O ano de 1840 marcou o início da desestruturação, quando figuras importantes deixaram o movimento por falta de perspectivas ou morreram. E as esperanças para os republicanos pioraram devido às disputas internas entre os grupos que compunham a direção da República. O ápice dos enfrentamentos ocorreu em dezembro de 1842, quando os republicanos reuniram-se para formular uma constituição (FACHEL, 2002:51-63).

Nesse sentido, para GUAZZELLI o afastamento de alguns líderes enfraqueceu a proximidade dos republicanos com o Prata. Se uma vitória Imperial era iminente, não era menos a eclosão de uma guerra contra a Argentina, para a qual seria essencial o Império poder contar com o apoio das lideranças e das tropas da província. Assim, um

acordo entre as partes teria de preservar a estrutura de mando político-militar rio-grandense e o maior número de indivíduos mobilizáveis (1998:247). Então, apesar de vitorioso, o Estado imperial teve de manter certa autonomia das elites rio-grandenses. Algo semelhante ao acontecido em Pernambuco depois da Guerra dos Cabanos.

Esse é o momento de refletirmos como um Estado central, em princípio, dependente das redes de clientela para obter recrutas, pode dispensar esta mediação em muitos lugares e passar a agir diretamente na extração dos efetivos que necessitava. Há várias respostas para esta pergunta e variedade resulta da própria diversidade das realidades provinciais. É certo, porém, que esta centralização não ocorreu de um dia para o outro e nem em todas as regiões ao mesmo tempo, como também não dependeu majoritariamente da capacidade diretiva de um único grupo político.

Se a descentralização possibilitou as condições para as ocorrências da Revolta dos Cabanos em Pernambuco e em Alagoas, da Cabanagem no Pará, da Farroupilha no sul, da Sabinada na Bahia, da Balaiada no Maranhão e no Piauí, assim como as Revoltas Liberais no sudeste atual, a resolução de cada uma destas situações foi diferente. Em algumas destas regiões as elites conseguiram controlar as agitações e a influência do Estado central manteve-se limitada, mesmo depois das medidas do regresso e das vitórias imperiais. Pernambuco e Rio Grande do Sul são os casos mais evidentes disso.

A importância estratégica do Rio Grande do Sul e as turbulências políticas no Prata explicam porque não era prudente desorganizar a estrutura de mando na província. Em Pernambuco, depois da derrota da Confederação do Equador, as elites reconheceram que não tinham condições de disputar alguma hegemonia política do Rio de Janeiro. Somado a isso, as experiências das revoltas populares posteriores mostraram os riscos de envolver setores populares em demandas políticas e sinalizaram a necessidade de unificação da política provincial em favor dos grandes proprietários de terra. O que resultou num alinhamento político da elite fundamentado pelo interesse econômico de manutenção das diferenças sociais, como ressaltou GRAHAM (2001).

Esta unidade foi construída para impedir acontecimentos que ameaçassem as estruturas sociais existentes. Portanto, antes do processo de centralização construído a partir do Rio de Janeiro, no Recife o executivo provincial conseguiu imprimir uma forte unidade regional, ao mesmo tempo em que se perfilou ao lado da Corte para reprimir novos movimentos armados. Decidiram que era melhor se alinhar e contribuir com o

poder central, o único agente capaz de mobilizar recursos em maior escala para reprimir novos e possíveis levantes políticos, sem alterar a ordem social existente. Isto explica porque os pernambucanos participaram expressivamente de todas as mobilizações militares subseqüentes e porque o Império compactuou com a elite provincial, deixando de nomear presidentes para a província depois de 1835.

A pacificação política de Pernambuco foi um dos elementos mais importantes para o processo de centralização no Império. É certo, porém, que primeiro as autoridades da Corte tiveram a capacidade de derrotar militarmente as elites sediciosas mais de uma vez, assim como a sagacidade de aproveitar a oportunidade para expandir o poder do Estado em outras regiões com o auxílio pernambucano. Se esta elite provincial não tivesse pactuado e participado desses esforços, o desenrolar dos acontecimentos no Império do Brasil podia ter sido diferente.

Em Minas Gerais e São Paulo não parece ter havido muitas alterações depois das Revoltas de 1842. É preciso considerar que nessas províncias as Revoltas foram de curta duração e não parecem ter implicado em qualquer alteração social. O que não permitiu a edificação de uma nova rede de autoridade subordinada às determinações da Corte. Nestes casos se estabeleceu um acerto entre elites de perspectivas intelectuais semelhantes, no sentido concluído por CARVALHO (2003).

Nas províncias em que as elites fracassaram em controlar a ordem interna, o governo central aproveitou para estender sua influência real. Processo em que os instrumentos jurídicos contribuíram dando suporte legal e justificando as ações do poder central, foram os casos do Pará e do Maranhão. As elites destas províncias perceberam o perigo das revoltas populares tarde demais, seus desacordos internos conduziram-nas a problemas que se tornaram internamente insolúveis, quando deixaram de controlar os segmentos de desclassificados sociais mobilizados de forma autônoma.

A repetição destas situações demonstrou a gravidade das cisões entre as elites destas províncias. Fragilizadas e temerosas de perderem sua posição, tiveram esvaziadas suas possibilidades de negociação com o poder central e cederam autoridade. A desarticulação radical da ordem vigente ameaçava mais os grupos locais que o fortalecimento de um agente político externo às disputas regionais, o Estado central. Mesmo porque este agente visava o revigoramento das estruturas de dominação abaladas pelas insurreições, ainda que em moldes diferentes, e somente ele era capaz de

mobilizar instrumentos de coerção suficientemente capazes. Então, quanto mais violentas foram as revoltas provinciais, mais fortemente o Estado central se estabeleceu.

De sua parte, os representantes do Rio de Janeiro aproveitaram estas situações para tentar subordinar os interesses regionais não condizentes aos do Estado central. A medida deste fortalecimento correspondeu às centenas de novos integrantes do Exército Imperial arrancados daquelas províncias. Nelas houve pouco espaço para negociação política e consideração de interesses econômicos, importando mais derrotar militar e completamente os segmentos populares em armas.

Na Bahia ocorreu um meio termo entre as essas situações. Nesta província o recrutamento não serviu como instrumento policial de controle social como em outras partes. Contudo, os baianos não estiveram tão sujeitos ao serviço militar porque a repressão contra os revoltosos da Sabinada restringiu-se a Salvador. Isto manteve os poderes interioranos e impediu o fortalecimento da autoridade da Corte.

Entretanto, para a maior parte do Brasil, o recrutamento foi um instrumento de controle social utilizado devido à desestruturação de muitas elites provinciais. Se implementou a urgência de desterrar para longe os participantes das insurreições contra a autoridade dos tradicionais grupos dirigentes. Neste sentido, a centralização imperial ocorreu por meio da negociação, como também pela coerção entre as partes, governo central e regiões provinciais. Como destacou CENTENO, as guerras civis podem ser excelentes oportunidades para quem consegue canalizar os esforços no sentido de desenvolver a solidez da estrutura do Estado e contribuíram para a formação dos Estados nacionais na América Latina (2002:33-100).

No mesmo sentido, pode-se concluir que o êxito da implementação do projeto centralizador iniciado pelos conservadores depois de 1837 deveu-se muito à intranqüilidade das revoltas e à fragilidade política de algumas elites provinciais. Toda a discussão permite estabelecer uma relação direta entre a eclosão e gravidade das revoltas com a diminuição da autonomia das respectivas províncias.

Referências:

ANDRADE, Manuel C. de. *A Guerra dos Cabanos*. Recife: UFPE, 2005.

ASSUNÇÃO, Matthias R. Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In: DEL PRIORE, M.; GOMES, F. dos S. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

- ARAÚJO, Maria M. *Com quantos tolos se faz uma república?: Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BATISTA, Dimas J. *A administração da justiça e o controle da criminalidade no médio sertão do São Francisco, 1830-1880*. Tese (Doutorado em História) - USP. São Paulo: 2006.
- BEATTIE, Peter. *The tribute of blood*. Durham: Duke University Press, 2000.
- CARVALHO, J. M. de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CARVALHO, José M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste. In: JANCSÓ, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005.
- CENTENO, Miguel A. *Blood and debt: war ant the Nation-State in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press University Park, 2002.
- CUNHA, Alexandre M. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira às primeiras décadas do século XIX. In: COSTA, W. P. & OLIVEIRA, C. H. de S. (org.). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, FAPESP, 2007.
- FACHEL, José P. G. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: UFPEL, 2002.
- GUAZZELLI, Cesar A. B. *O horizonte da província: a República Rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado em História) - UFRJ. Rio de Janeiro: 1998.
- GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado; Réplica. In: *DIÁLOGOS*. Maringá: UEM, v. 5, 2001.
- HOLANDA, Sérgio B. de. São Paulo. In: HOLANDA, S. B. de (org.) *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico: dispersão e unidade. 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 2, v. 4.
- KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: *DIÁLOGOS*. Maringá: UEM, volume 3, 1999.
- KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-Era Brazil: Bahia, 1790's-1840's*. California: Stanford University Press, 2001.
- IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MARSON, Isabel A. *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MANN, Michael. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, J. A. (org.) *Os Estados na história*. Trad. Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.
- JANOTTI, Maria de L. M. *A Balaiada*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. A formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDES, Fábio F. *O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Tese (doutorado em Ciência Política) – IUPERJ. Rio de Janeiro, 1997.

QUINTAS, Amaro. O nordeste. In: HOLANDA, S. B. de (org.) *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico: dispersão e unidade. 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 2, v. 4.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, M.; & GOMES, F. dos S. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RIBEIRO, José Iran. *“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ. Rio de Janeiro: 2009.

SOUZA, Adriana B. de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Paulo C. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA FILHO, Argemiro R. A província da Bahia no primeiro reinado. In: COSTA, W. P.; OLIVEIRA, C. H. de S. (org.). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, FAPESP, 2007.

PINHEIRO, Luís B. S. P. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese (Doutorado em História) - PUCSP. São Paulo: 1998.

PINHO, Walter. A Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico: dispersão e unidade. 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 2, v. 4.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus: 990-1992*. Trad. Geraldo G. de Souza. São Paulo: EDUSP, 1996.

VELLASCO, Ivan de A. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. Bauru: EDUSC, 2004.

¹ Relatório Presidente de Alagoas, 1835. Assim como os demais relatórios citados, disponível em www.crl.edu/content.asp, acesso 11/07/2009.

² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Autoridades Militares, Maço 130, Porto Alegre, 3/4/1838, Coronel Luis M. de Jesus ao Visconde de Camamu.

³ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 66, Recife, 1/9 e 3/12/1839, Ajudante de Ordens da província; IG¹ 66, Recife, 1/8, 1/10 e 1/11/1839, Ajudante de Ordens José B. F. Gama.

⁴ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 271, Recife, 2/6/1841, Presidente de Pernambuco ao Comandante das Armas; Recife, 2/2/7/1841, Comandante das Armas ao Ministério da Guerra; Recife, 08/7/1841, ao Presidente de Pernambuco; Recife, 11/7/1841, Presidente de Pernambuco ao Comandante das Armas.

-
- ⁵ Relatório do Ministro da Justiça, 1837. Acesso 11/07/2009.
- ⁶ Relatórios do Ministro da Justiça, 1836, 1840; relatórios dos Presidentes do Pará, 1840, 1841 e 1842. Acesso 11/07/2009.
- ⁷ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 66, Recife, 15/6/1840, Francisco do R. Barros à Salvador J. Maciel; IG¹ 173, Rio Grande, 9/7/1838, Antônio E. de M. e Brito ao Ministro da Guerra.
- ⁸ Relatórios Presidentes da Bahia 1839 a 1845. Acesso 11/07/2009.
- ⁹ Relatórios do Ministério da Guerra, 1839-1850. Acesso 11/07/2009.
- ¹⁰ Relatórios dos Presidentes do Maranhão, 1840, 1841. Acesso 11/07/2009.
- ¹¹ Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 461, Recife, 15/6/1841, Manoel de S. Teixeira a José C. Pereira; Relatório do Ministro da Justiça, 1841; Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 66, Recife, 20/7/1841, Presidente de Pernambuco a José C. Pereira; IG¹ 411, Corte, 1/7/1842, Major Wenceslau de O. Belo; IG¹ 386, Corte, 13/8/1842, Vicente F. da C. Piragibe; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Autoridades Militares, Maço 142, Rio Grande, 4/6/1844, Brigadeiro Luis M. de Jesus ao Barão de Caxias.
- ¹² Relatórios dos Presidentes de Minas Gerais, 1843, 1844. Acesso 11/07/2009.
- ¹³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Autoridades Militares, Maço 129, Rio Grande, 17/3/1837, Comandante; Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 66, Rio Grande, 16/3/1837, Comandante Joaquim S. de S. Prates; Governo de Pernambuco, 30/5/1837, Tenente Hemetério J. V. da Silveira; IG¹ 172, Rio Grande, 19/12/1837, Antonio E. de M. e Brito ao Ministro da Guerra; IG¹ 173, Porto Alegre, 28/2/1838, Antonio E. de M. e Brito ao Ministro da Guerra; IG¹ 458, arsenal da Marinha, 3/1/1838, Antonio J. de Castro (?) ao Comandante das Armas; Arquivo Histórico do Exército, Códice 90, Rio de Janeiro, 10/1/1838, Ministro da Guerra ao Presidente do Rio Grande do Sul.